

# JORNAL AVOZDOMOTOBOY



Pg 05

## Justiça do Trabalho de SP condena Loggi e determina empresa reconhecer vínculo trabalhista, além de outros direitos

Já obrigada a reconhecer direitos trabalhistas em outra ação promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), agora outra sentença exige que a Loggi registre em carteira os motoboys de sua plataforma assim como aplique outros direitos para seus colaboradores. Isso abre jurisprudência para outras empresas que atuam com aplicativos no motofrete também contratarem trabalhadores em regime de CLT e não MEI, obedecendo assim, a legislação trabalhista brasileira, bem como as leis do motofrete 12.009, 12.997 e 12.436 (federais) e 14.491 (municipal - SP).

## SindimotoSP denuncia no MPT empresas e faz pedido de instauração de inquérito para investigação de contratação de mão de obra irregular

O sindicato dos motoboys na representação dos interesses dos motoboys vai ao Ministério Público do Trabalho para denunciar empresas de aplicativos que estão atuando no setor de motofrete de forma irregular contratando sem registro na CTPS, fraudando a legislação trabalhista e descumprindo às Leis Federais 12.009, 12.436, 12.997 e, no caso de SP, à Lei Municipal 14.491.



Pg 05

## SindimotoSP apresenta proposta de regulamentação dos corredores de circulação de moto



Pg 02

## SindimotoSP luta por aposentadoria especial para motociclista profissional

Pg 06

## Denatran realiza Seminário de Segurança Viária Vida sobre Duas Rodas

Pg 06

## Retrospectiva 2019



Pg 07

**Você acha impossível fazer seguro para sua moto?**  
**Na Suhai você pode!**

Disponível para motos de baixa e alta cilindrada.

Desconto especial Sindimoto-SP.  
Faça sua cotação com a Cortesia Seguros:  
**11 93539 8717**

**SUHAI**  
SEGURADORA  
Seu veículo bem-vindo, você seguro.

É com paz e amor que todos devemos viver este Natal e com fé e alegria que devemos entrar no novo ano. Assim, desejamos um Natal inesquecível e um Ano Novo ainda mais rico e gratificante do que este que está terminando. Boas festas!

# SindimotoSP apresenta proposta de regulamentação dos corredores de circulação de moto



Para o Sindicato dos Motoboys de São Paulo (SindimotoSP), a proibição de qualquer natureza para as motos fere o artigo 5º, inciso XV, que garante a liberdade de locomoção e o direito de ir e vir das pessoas. Por isso, nesta quarta-feira (04), a equipe do Sindicato esteve em Brasília para entregar no Congresso Nacional uma proposta de regulamentação dos corredores virtuais, onde as motos já circulam.

A proposta, entregue para o deputado Juscelino

Filho, que é relator do projeto que discute a alteração no Código de Trânsito Brasileiro, pontua sete itens de maior relevância para a categoria, buscando a harmonia no trânsito e a segurança de todos, respeitando o direito de locomoção das pessoas.

O projeto do Sindicato também foi entregue para o deputado Luiz Carlos Motta, presidente da comissão. O deputado apoiou a proposta e elogiou a iniciativa do SindimotoSP em se antecipar as discussões sobre a restrição dos corredores de moto, apresentando uma solução para o tema, que é a regulamentação e o aumento de ações educativas para diminuir os casos de acidentes com maior gravidade.

“Nesta semana, em Brasília, foi muito produtiva, pois estivemos reunidos com o deputado Juscelino Filho, que é relator do projeto, e apresentamos a proposta de regulamentação dos corredores para as motocicletas, projeto que ganhou apoio dos deputados Luiz Carlos Motta e Roberto de Lucena”, explicou Gilberto Almeida (Gil), presidente do SindimotoSP.

## O projeto entregue pelo sindicato destaca:

- A criação de faixas de solo com tinta antiderrapante e cores diferenciadas;
- A instalação de radares fixos e móveis para controle de velocidade na via;
- Circulação com velocidade reduzida com limitação de 50 Km/hora com tráfego de veículos parados e nos períodos de tráfego intenso;
- Criação de faixa de espera (bike box) para motociclistas em semáforos e facilitar o acesso;
- Definição de regras para uso dos tachões nas ruas e avenidas;
- Criar regras para a circulação de motos em outros corredores subsequentes aos regulamentados;
- Placa de sinalização vertical e horizontal específica para orientação dos motociclistas e motoristas com campanhas educativas e orientação.

## Projeto de Lei quer restringir circulação de motos em corredores entre os carros

A proibição chegou a fazer parte do projeto original do Código Nacional de Trânsito, que está em vigor há mais de 20 anos. Mas o artigo acabou sendo vetado pela presidência da república, com a justificativa de não atrapalhar a fluidez do tráfego nem eliminar a vantagem de mobilidade das motos.

Atualmente não existe lei que proíba o trânsito de motos entre os carros em movimento, aliás, trafegar entre os carros em faixas de rolamento paralelas é uma prática permitida pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), desde que mantenha-se distância conforme Lei CTB 9.503/97.

O Sindimotosp defende o limite de velocidade e regras para andar numa faixa virtual entre os carros como um corredor virtual, junto



com uma limitação de velocidade, que reduziria acidentes com moto, além de servir como referência de educação no trânsito, e não como punição através de multa.

O texto do Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados estabelece que motos só poderão passar entre duas faixas quando veículos estiverem parados. A sugestão consta de projeto a ser votado em comissão especial.

O relator na Câmara dos Deputa-

dos da proposta que altera o Código de Trânsito Brasileiro, deputado Juscelino Filho (DEM-MA), apresentou parecer em que propõe proibir que motociclistas possam trafegar entre os carros quando estes estiverem em movimento.

Assim, as motos só poderão passar entre os demais veículos quando os carros estiverem parados ou com velocidade inferior a dez quilômetros por hora.

O texto prevê que o órgão responsável pela via poderá autorizar o tráfego de motocicletas entre os veículos em movimento, mas desde que precedido de estudos técnicos que justifiquem a adoção da medida.

O presidente do colegiado, Luiz Carlos Motta (PL-SP), disse que espera concluir a votação na comissão ainda até o fim deste ano. No entanto, pode ser que não dê tempo de cumprir toda a tramitação, uma vez que o Congresso Nacional entra em recesso parlamentar dia 23 de dezembro.

## Em 2020 mais de 300 mil vítimas ficarão sem Seguro DPVAT

Nos últimos 10 anos, cerca de 4 milhões de vítimas de acidentes de trânsito foram indenizadas pelo Seguro DPVAT em todo o país. A partir do histórico de dados da Seguradora Líder, é possível projetar um cenário de como será o próximo ano sem a existência do seguro de acidente de trânsito. Caso seja extinto, mais de 300 mil pessoas perderão o direito ao seguro apenas em 2020. O estudo indica, ainda, que serão mais de 38 mil casos de vítimas fatais no trânsito e mais de 205 mil pessoas que ficariam com alguma seqüela permanente depois de um acidente. Desse número, 91% dos motociclistas

que sofrerem acidentes ficarão sem cobertura.

A maior incidência de ocorrências de trânsito não indenizadas projetadas é para vítimas do sexo masculino. A faixa etária mais atingida no período será a de 18 a 34 anos, representando 46% do total das indenizações. Dos recursos arrecadados pelo Seguro DPVAT, 50% vão para a União, sendo 45% para o Sistema Único de Saúde (SUS) para custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito, e 5% são para o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), para investimento em programas de educação e prevenção

de acidentes de trânsito. Os outros 50% são direcionados para despesas, reservas e pagamento de indenizações às vítimas. De janeiro a outubro deste ano, a parcela destinada ao SUS totalizou R\$ 852,4 milhões e, para o Denatran, R\$ 94,7 milhões. Nos últimos 11 anos, essa contribuição soma mais de R\$ 37,1 bilhões.

No dia 11 de novembro, foi editada uma medida provisória indicando o fim do DPVAT. A MP será analisada pelo Congresso, que terá o período regimental para se posicionar, aprovando, rejeitando ou modificando o texto.

### Expediente

A Voz do Motoboy  
 Jornalista responsável: Pedro Pimenta  
 Diagramação: Rodrigo Martins  
 Colaboradores: Febramoto / Abramoto  
 DNP / Instituto Motofrete / SindimotoSP  
 Associação dos Motofretistas  
 Redação: Rua Dr Eurico Rangel, 58  
 Brooklin Novo / Cep: 04602-060  
 Telefone: 5049-0442  
 Site: www.jornalavozdomotoboy.com.br  
 email: redacao@jornalavozdomotoboy.com.br

### Editorial

Esse ano vai encaminhando para o fim e com desejo de que 2020 seja melhor para todos, inclusive em nosso setor, que obteve várias conquistas em 2019. As ações do SindimotoSP foram enérgicas e garantiram que os direitos dos motociclistas fossem respeitados, como os que trabalham com aplicativos. Sob a ótica do Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho, as empresas de aplicativos no motofrete desrespeitam leis trabalhistas e do próprio setor e, como consequência, estiveram sob julgamento e foram sentenciadas. Quem ganha é o motofrete que precisa de justiça e respeito. Aproveitamos para desejar feliz natal e um ano novo carregado de saúde e trabalho.



O Consórcio Honda  
acredita no seu sonho  
e ajuda você a chegar lá.

O Consórcio Honda já entregou  
mais de 6 milhões de motos no Brasil todo.  
São milhões de pessoas que realizaram  
o sonho de ter uma Honda 0 km.

O próximo pode ser você.  
Visite uma concessionária Honda  
e saiba mais.

No trânsito, dê sentido à vida.



Publicis

 [consorciohonda.com.br](http://consorciohonda.com.br)

 /ConsortioNacionalHonda

**HONDA**  
Consórcio

**Você acha  
impossível fazer  
seguro para  
sua moto?**

**Na Suhai  
você pode!**

**Suhai Moto**



Além de oferecer cobertura para motos de qualquer marca, modelo ou ano de fabricação, fechamos um desconto especial para você, em parceria com o Sindimoto-SP.

**Disponível para motos de baixa e alta cilindrada.**

**Faça sua cotação com a Cortesia Seguros:**

☎ 11 3539 8717

📞 11 93539 8717

📍 R. Cananéia, 223 - V. Prudente - São Paulo - SP

**SUHAI**  
SEGURADORA

Seu veículo bem-vindo, você seguro.



## Justiça do Trabalho de SP condena Loggi e determina empresa reconhecer vínculo trabalhista, além de outros direitos

Já obrigada a reconhecer direitos trabalhistas em outra ação promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), agora outra sentença exige que a Loggi registre em carteira os motoboys de sua plataforma assim como aplique outros direitos para seus colaboradores. Isso abre jurisprudência para outras empresas que atuam com aplicativos no motofrete também contratarem trabalhadores em regime de CLT e não MEI, obedecendo assim, a legislação trabalhista brasileira, bem como as leis do motofrete 12.009, 12.997 e 12.436 (federais) e 14.491 (municipal – SP).



O Poder Judiciário da Justiça do Trabalho – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região 8ª Vara do Trabalho de São Paulo, através dos Autos ACP-Civ 1001058-88.2018.5.02.0008, tendo como autor o

Ministério Público do Trabalho (MPT) e como réu LOGGI TECNOLOGIA LTDA / L4B LOGISTICA LTDA, através do Termo de Julgamento Autos nº 1001058-88.2018.5.02.0008, em 06.12.2019, sentenciou à empresa obedecer as leis trabalhistas vigentes no Brasil, reconhecendo, principalmente, que seus motociclistas profissionais cadastrados em sua plataforma devem ser registrados em carteira e não atuarem como MEI (microempreendedor individual). À conclusão foi da Meritíssima Juíza do Trabalho Titular Látia Lacerda Menendez.

O SindimotoSP teve papel decisivo no reconhecimento dos direitos trabalhistas dos motoboys por denunciar desde o aparecimento da empresa, assim como outras, que tem explorado a mão de obra do trabalhador motociclista.

As empresas de aplicativos promovem o dumping social, agem de forma predatória, não respeitam leis trabalhistas e as do motofrete e ainda por cima promovem concorrência desleal em relação as empresas de entregas rápidas que pagam impostos e encargos trabalhistas.

Na sentença da Ação Civil Pública (em [www.sindimotosp.com.br](http://www.sindimotosp.com.br) é possível ler à sentença) 1001058-88.2018.5.02.0008 do Ministério Público do Trabalho (MPT), a Loggi foi condenada a:

- Registrar todos os motoboys que constam em sua plataforma.
- Não contratar mais trabalhadores motociclistas como autônomos.
- Observar legislação federal, estadual e municipal dos motofretistas.
- Não oferecer mais prêmios por produção ou entregas.
- Pagar periculosidade.
- Contratar apólice de seguro para motoboys conforme exigência da Lei Municipal 14.491 (SP).
- Considerar jornada de trabalho da entrada à saída no sistema feito pelo motociclista profissional.
- Conceder períodos de descanso diário e semanal.
- Disponibilizar locais de espera com banheiro e água potável.

Isso abre jurisprudência para outras empresas que atuam com aplicativos no motofrete também contratarem trabalhadores somente em regime de CLT e não MEI, obedecendo assim, a legislação trabalhista brasileira, bem como as leis do motofrete 12.009, 12.997 e 12.436 (federais) e 14.491 (municipal – SP).

## SindimotoSP denuncia no MPT empresas e faz pedido de instauração de inquérito para investigação de contratação de mão de obra irregular

O sindicato dos motoboys na representação dos interesses dos motoboys vai ao Ministério Público do Trabalho para denunciar empresas de aplicativos que estão atuando no setor de motofrete de forma irregular contratando sem registro na CTPS, fraudando a legislação trabalhista e descumprindo às Leis Federais 12.009, 12.436, 12.997 e, no caso de SP, à Lei Municipal 14.491.

As empresas terceirizam de forma ilegal a mão de obra do setor, sem o devido registro em carteira de trabalho dos profissionais e infringindo leis trabalhistas vigentes no Brasil.

Elas se autodenominam empresas de tecnologia, mas, na verdade, são empresas de logística, ou seja, devem estar dentro dos parâmetros da



legislação trabalhista e registrar seus motociclistas. Elas usam a desculpa de “empresas de tecnologia” apenas para burlar a lei e não pagar impostos ou direitos trabalhistas.

Além da precarização das relações trabalhistas, as empresas desobedecem as leis vigentes da categoria incitando velocidade nas entregas,

proibida pela Lei Federal 12.436, não pagando o adicional de periculosidade obrigatório para todos que exercem atividades remuneradas com motocicleta - Lei Federal 12.997 e descumprindo normas exigidas pelas Leis 12.009 (Federal) e 14.491 (Municipal - SP).

O SindimotoSP na defesa dos direitos dos motofretistas está levando adiante a denúncia (ofício disponível em [www.gilsindimotosp.blogspot.com](http://www.gilsindimotosp.blogspot.com)) e instauração de inquérito para o Ministério Público do Trabalho (MPT) em relação a estas empresas como fez de outras que atuam ilegalmente no setor explorando os motociclistas profissionais, e aguarda posicionamento positivo aos trabalhadores motociclistas.

## Estudiosos mostram como apps estão controlando entregadores

Apesar das decisões na justiça brasileira contra as empresas de aplicativos estarem criando jurisprudência em relação a sentenças favoráveis aos trabalhadores, a questão tem sido discutida em todo mundo. Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e França, por exemplo, são países em que as empresas de aplicativos tem sido autuadas, multadas e, em alguns casos, inclusive, terem atividades suspensas.

Isso porque, as empresas de apps não conseguem explicar exatamente a utilização de ferramentas digitais e internet para gerar produção e o trabalho independentes (entregas, transporte, segurança, limpeza etc) ou eletronicamente por meio do próprio computador (serviços de engenharia, tradução etc).

Essas organizações se apresentam como empresas de tecnologia, operando como intermediárias e oferecem apenas um meio, para supostos empresários, meios de conseguir uma renda extra ou um modo alternativo de conseguir dinheiro em seu tempo livre. Na realidade, no

caso do Brasil, tem sido provado que elas são empresas de logística que usam meios tecnológicos.

E por conta disso, estudiosos em tecnologias e órgãos governamentais entram nessa discussão afirmando que existe sim um controle dessas empresas sobre seus cadastrados em suas plataformas porque:

- Determinam quem pode trabalhar para elas.
- Delimitam o que será feito, como entregas, deslocamentos e não permitem que os trabalhadores prestem serviços não contemplados por suas plataformas e aplicativos.
- Definem que trabalhador realizará cada serviço e não permitem captação de clientes. Aliás, os entregadores fornecem nota diretamente para as empresas de apps e não para quem recebe o produto.
- Escolhem como as atividades serão efetuadas e o prazo para a execução do serviço.
- Estabelecem os valores a serem recebidos por

que os pagamentos são manipulados para dirigir o comportamento dos trabalhadores que os coloca em concorrência com eles mesmos. Isso resulta em baixa remuneração o que gera longas jornadas, pois, além de terem que sobreviver, os trabalhadores ainda bancam os custos.

- Obrigam os trabalhadores a se comunicarem com suas gerências e vedam o uso das redes sociais, ou meios não estipulados por elas.
- Pressionam os trabalhadores a não negarem serviços e trabalharem por mais tempo incentivando de forma proibida por lei, com promoções, metas etc.
- Se o trabalhador reclamar ou questionar qualquer assunto, bloqueiam sem aviso para ameaçar os trabalhadores.
- Utilizam a dispensa a qualquer tempo e sem necessidade de justificativa, sem qualquer espécie de aviso-prévio como forma de coerção e disciplinamento do trabalho.

# SindimotoSP luta por aposentadoria especial para motociclista profissional

O sindicato dos motoboys protocolou ofício requerendo o benefício no gabinete do senador Esperidião Amin por entender que os motociclistas profissionais tem o direito por exercer atividade perigosa

No dia 04 de dezembro, o SindimotoSP protocolou ofício no gabinete do senador Esperidião Amin, solicitando emenda ao Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 245/19, que trata da aposentadoria especial, para a inclusão do motociclista profissional que exerça atividade remunerada com registro na carteira de trabalho.

Desta maneira, os motofretistas que têm, nas motocicletas, a sua ferramenta de trabalho, poderão trabalhar sabendo que terão direito a aposentadoria especial, já que é alto o risco de exercer essa atividade.

Segundo dados do DPVAT (seguro para danos causados por veículos), publicados em agosto de 2019, ao longo dos últimos dez anos 2,5 milhões de brasileiros se tornaram permanentemente inválidos para o trabalho e outros 200 mil morreram em consequência de acidentes de motocicletas.

Entre os acidentados, 78% são homens, e 52% têm

entre 18 e 34 anos, uma faixa etária que, em caso de invalidez, compromete diretamente a capacidade produtiva do país, segundo economistas.

Os trabalhadores motociclistas com registro em carteira já recebem 30% do salário descrito na carteira de trabalho a título de periculosidade, conforme Lei Federal 12.997. Esse direito é a porta de entrada para aposentadoria especial porque todos que recebem o adicional, estão sujeitos à aposentadoria especial. Agora, conforme regra geral, o SindimotoSP entende que o direito adquirido é o passaporte para obtenção da aposentadoria especial pelo alto grau de risco dos motoboys no exercício da profissão.

O senador Esperidião Amin é relator do PLC Nº 245/19, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.



“A luta do sindicato é constante, pois em agosto estivemos em Brasília com o deputado federal Jerônimo Goergen, Relator da MP 881, da Liberdade Econômica, para tirar do texto o trecho que previa o fim da periculosidade para os motoboys, e conseguimos. Agora, passados apenas quatro meses, estamos aqui novamente no Congresso para tratar da aposentadoria especial para os motoboys”, disse Gilberto Almeida dos Santos (Gil), presidente do SindimotoSP.

## Adicional de Periculosidade - Lei Federal 12.997

Aprovada em 18 de junho de 2014, a lei considera perigosas as atividades do trabalhador em motocicleta e determina pagamento de adicional de periculosidade de 30% do salário descrito na carteira

profissional. Atualmente, quem recebe adicional de periculosidade referente à sua categoria tem direito à aposentadoria especial, porém, os motociclistas profissionais não estão na lista do governo

federal e precisariam entrar na justiça do trabalho para obter o benefício. O SindimotoSP, como representante da categoria do motofrete, luta para que os motoboys também tenham esse direito.

## Denatran realiza Seminário de Segurança Viária Vida sobre Duas Rodas

Encontro reuniu sociedade civil organizada, autoridades, servidores e instituições do setor, como o SindimotoSP e a Febramoto, como representantes do setor de motofrete.

Com o objetivo de construir ações para a redução do número de mortes e acidentes entre motociclistas, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em conjunto com o Ministério da Infraestrutura - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT), realizou em Brasília o primeiro dia do Seminário de Segurança Viária – “Vida sobre duas rodas”.

Foram promovidos debates sobre cinco eixos temáticos: Educação para o Trânsito; Fiscalização; Atendimento Pós-Acidente; Engenharia; e Esforço Legal no evento que aconteceu no Auditório Professor Lourenço Chehab / Sede do Ministério da Infraestrutura - Esplanada dos Ministérios - Bloco R - Diretoria de Educação do Detran/DF, SEPS 706/906.

O Denatran, através de sua diretoria, explicou que o seminário abriu possibilidades para que a sociedade e seus representantes legais sejam ouvidos e ajudem a criar diretrizes que possibilitem melhorias para os motociclistas consolidando ideias que ajudem na construção de políticas públicas focadas na diminuição de acidentes envolvendo motocicletas.

Os trabalhos do primeiro dia de seminário foram di-

vidos em três etapas: workshop preparatório, formação dos grupos de trabalho e confecção do documento final. Na primeira etapa, foram reunidos cinco especialistas de cada eixo temático para alinhar o tema a ser discutido. Na segunda, juntaram-se aos especialistas um grupo de 20 participantes para apresentar propostas de consolidação dos trabalhos iniciados. Por último, foi confeccionada a “Carta de Intenções” – um documento que propõe soluções imediatas para cada um dos eixos temáticos do seminário.

Durante o segundo dia do seminário, no auditório do Ministério da Infraestrutura, foi apresentada a “Carta de Intenções” com propostas de melhorias para o trânsito.

Além de gestores do Ministério da Infraestrutura, entre eles, da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT), participaram do encontro representantes do Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério da Saúde; Polícia Rodoviária Federal (PRF); Organização Mundial da Saúde (OMS); Universidade de Brasília (UnB); além de membros da sociedade civil organizada.





**alba**<sup>®</sup>  
Se não for Alba, vaza.

Rua Dr. Fernão Pompeu de Camargo, 865 • Jardim Trevo • Campinas, SP

19 3272 9821 • 19 3272 1707

www.albamoto.com.br • loja.albamoto.com.br

# Retrospectiva 2019

Apesar de ser um ano difícil, nossa redação trouxe as mais variadas reportagens e matérias, além de assuntos voltados para o motofrete estadual, nacional e até internacional. O Jornal A Voz do Motoboy assim ganha notoriedade, respeito e se torna o porta-voz da categoria, sendo referência junto aos governos municipal, estadual e federal, além da categoria.

São mais de 10 anos ininterruptos de publicações mensais que levam ao motociclista profissional informação, direitos e conquistas.



**Janeiro** – Alertamos para o aumento de 18% nas mortes envolvendo motociclistas ligados as empresas de aplicativos no motofrete. Trouxemos nessa edição um estudo completo e soluções para o problema que resultaria em diminuição dos índices de acidentes.



**Fevereiro** – Estivemos com o prefeito Bruno Covas reivindicando criação de políticas públicas e agenda positiva voltadas para quem anda de moto no município, várias necessidades foram apresentadas e discutidas. Entre elas campanhas de segurança para motociclistas.



**Março** – Apresentamos estudo relativo há 10 anos de poucas ações voltadas para motociclistas. Foram 200 mil mortes e 2,4 milhões de invalidez permanentes no Brasil. Perguntamos o que os governos estão fazendo para resolver essa tragédia e apresentamos soluções simples.



**Abril** – Nossa matéria de capa foi motofretistas e motociclistas são contra proibição de motos na via expressa da Marginal Pinheiros. Segundo à Prefeitura de São Paulo objetivo da restrição era reduzir acidentes de trânsito, o que não aconteceu.



**Maio** – Mais uma vez relatamos os descasos das empresas de aplicativos no motofrete em relação aos seus motoboys, inclusive, trouxemos matérias e reportagens falando que a questão estava sendo discutida no mundo inteiro por conta do dumping social que essas empresas promovem.



**Junho** – Como convidado no 3º Seminário de Segurança no Trânsito promovido pelo Folha de São Paulo, o presidente do SindimotoSP Gilberto Almeida dos Santos, o Gil, falou sobre as demandas da categoria e necessidades urgentes de criação de políticas públicas para motociclistas.



**Julho** – A Lei Federal 12.009 que regulamenta a profissão dos motoboys completou 10 anos desde a assinatura do governo federal padronizando o motofrete e mototáxi de todo Brasil e pouco se avançou na questão. Falta de fiscalização é um dos motivos para ela não emplacar.



**Agosto** – O SindimotoSP foi à Brasília para reivindicar a permanência do pagamento da periculosidade ao motoboy devido a mudanças que estavam sendo feitas nessa questão. O sindicato obteve êxito e o texto original, que mantinha o pagamento foi aprovado.



**Setembro** – Mais uma vez o sindicato obtém uma vitória conseguindo eliminar junto à prefeitura de SP o fim da cor branca para moto. Além disso, participou de um Grupo de Trabalho com à Polícia Rodoviária para discutir a questão das multas nas estradas estaduais.



**Outubro** – Falamos sobre as audiências e ações civis públicas que o MPT está realizando contra as empresas de aplicativo e ainda estivemos na Câmara dos Vereadores de SP defendendo os direitos dos motociclistas profissionais que estavam sendo prejudicados pelas empresas de apps..



**Novembro** – Fizemos a cobertura do Salão Duas Rodas 2019 trazendo as principais novidades do universo das duas rodas. Nele, montadoras, indústrias de motopeças, importadoras, empresas de vestuário que atuam no setor encantaram o público que visitou o evento em peso.



**Dezembro** – Para encerrar, trouxemos o MPT julgando à Loggi em Ação Civil Pública e determinando a empresa reconheça vínculo trabalhista, além de outros direitos dos motoboys. Por enquanto, isso abre jurisprudência para outras empresas que atuam com aplicativos no motofrete.

Encontrar  
algo que seja  
do seu jeito.

O que move você

MOVE

a Honda

Tudo que a Honda Motos  
faz é pensando em você.  
Por isso, individualidade  
é um dos nossos pilares.  
Respeitamos o estilo  
de cada pessoa e criamos  
motocicletas diferentes  
para cada uma delas.  
Isso é o que nos move.

[honda.com.br/motos](http://honda.com.br/motos)



No trânsito, dê sentido à vida.

publicis